

A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES “PROTAGONISTAS” NO ÂMBITO DA SOCIEDADE DE CLASSES

Silvana Aparecida da Silva¹;
Andrea Florencio Eduardo de Deus²

Modalidade: Pesquisa

Eixo temático: 3 Políticas e gestão da Escola da Educação integral em tempo integral

Nesta pesquisa será discutida a proposta da educação integral em tempo integral na rede pública de ensino do estado do Paraná, analisando de que forma o aumento da carga horária em sala de aula é uma alternativa eficaz na melhora da qualidade do ensino e na democratização do acesso à educação básica. Trata-se de problematizar se o processo de implantação do Programa escola em tempo integral no estado do Paraná atinge os objetivos propostos na política nacional, ou seja, contribui para a formação humana integrada e integradora. Neste sentido, trata-se também, de contextualizar o advento de novos conceitos e de novos componentes que passam a compor a matriz curricular das turmas de ensino fundamental e ensino médio da educação integral, que denotam uma intencionalidade de formação integradora. É o caso, por exemplo, do uso do termo *protagonista*, e, do componente *projeto de vida* que passou a fazer parte de documentos oficiais como a Diretriz Curricular Nacional (DCN), norteando as práticas pedagógicas. Vale destacar, que propostas de escolas em tempo integral não são novidades no Brasil. Em 1950, Anísio Teixeira foi pioneiro do ensino em tempo integral com a proposta do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia. Nas décadas seguintes, outras experiências surgiram em diferentes regiões, conjugando esforços para diminuir a desigualdade educacional e melhorar a qualidade do ensino/ aprendizagem. Algumas destas experiências, como o Programa de Formação Integral da Criança (Profic) em São Paulo (1980), e os Centros de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente (Ciacs) implantados em diferentes estados brasileiros no governo Fernando Collor (1990). De modo geral, pode-se destacar que as experiências já vivenciadas, evidenciaram um caráter político e classista que permeou as tentativas de projetos de educação em tempo integral na rede pública de ensino. Mesmo que em contextos distintos, a proposta da educação integral, formalmente instituída na legislação brasileira na década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB Lei nº9394/96), e reafirmada no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº10. 172/2001, e, no atual (PNE – Lei nº13.005/2014) resulta de uma política governamental que credita à escola o papel de

1 Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Realeza/PR. Professora Dra. em Sociologia. E-mail: silvana.silva@uffs.edu.

² Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Realeza/PR. Pedagoga. Email: andrea.eduardo@uffs.edu.br

transformar a sociedade, como transmissora dos saberes sistematizados. Porém a que se considerar que nem a escola e nem qualquer outro espaço sozinho é capaz de alcançar tal objetivo, e que a educação nos diferentes contextos precisa ser compromisso das diferentes esferas de governo e também da sociedade. Como metodologia, utilizamos a pesquisa teórico-bibliográfica, e, nosso objetivo é contribuir com as pesquisas em curso, problematizando e ampliando o debate e as publicações sobre a temática.

Palavras-chave: Educação Integral, Rede Pública de Ensino.